

ATA DA 458ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Moraes Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Kathya Beja Romero, Horácio Xavier Franco Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Ouvidor-Geral, Alderon Pereira da Costa e Representando a Apadep, Fabiana Botelho Zapata. Ausente Bruno Ricardo Miragaia em razão de férias. O Presidente iniciou a sessão às 10h01min, após, iniciou as comunicações da Presidência. Comunicou que, em razão da desincompatibilização do Defensor Público Geral, esteve à frente dos trabalhos da instituição substituindo o Defensor Rafael Vernaschi. Comunicou que a Defensoria Geral tem atuado prioritariamente em três grandes desafios, os quais sejam: 1) plano de contingenciamento; 2) questão orçamentária; e, 3) estudos internos, visando enquadrar a remuneração dos Defensores, de acordo com os apontamentos do Tribunal de Contas do Estado, contudo, avaliou a necessidade de avançar no modelo de gratificações para o modelo constitucional de subsídios. Comunicou que havia sido designado um novo relator para o projeto de lei complementar que trata dos vencimentos dos Defensores e Servidores. Comunicou ainda que a instituição continua as tratativas com a OAB/SP, visando renovar o convênio de assistência jurídica suplementar. Informou que houve avanços, mas que a Ordem dos Advogados vem fazendo novas exigências, desde a última reunião. Comentou que a intenção é renovar o convênio, e espera que haja uma negociação tranquila e bem sucedida, caso contrário, existem alternativas para evitar impactos negativos no atendimento. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Bruno Miragaia em razão de férias. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao Coordenador da Regional da Infância e Juventude, Defensor Samuel Friedman. Ele ressaltou a importância da destinação de dois cargos adicionais para a Unidade no próximo movimento de expansão, em razão do alto número de audiências realizadas pelos Defensores Públicos. Comentou que a unidade ficará defasada por decisão do Tribunal de Justiça, antes de alocar mais dois juizes auxiliares, e lembrou que, antigamente, havia sido designado dois Defensores Públicos itinerantes para dar conta da pauta extraordinária. Agradeceu o Segunda Subdefensoria pelas tratativas com o Tribunal de Justiça. Discordou da designação de apenas um Defensor Público itinerante, pois todos os Defensores teriam audiência exaustivas, podendo ocasionar prejuízo aos usuários. Por fim, pediu que a deliberação que trata dos itinerantes fosse interpretada e aplicada, respeitando a prioridade da infância. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, Patrick Cacicedo. Ele relatou que, nas últimas semanas, ocorreram situações de caos no sistema penitenciário paulista, e descreveu duas situações de superlotações nos CDP's da Vila Independência e São José dos Campos. Comentou que a situação foi acompanhada pelo Núcleo Especializado, e pediu que fosse registrado elogio à três Defensores Públicos que auxiliaram nessa atuação extraordinária, os quais sejam: Luana Trino De Medeiros, Andre Eugenio Marcondes e Camila Galvão Tourinho. Por fim, sugeriu que a Corregedoria Geral fizesse menção em seus assentos funcionais. Após, o Presidente franqueou a palavra à servidora Nathalie Tressino. Ela pontuou que, tanto os Defensores, quanto os Servidores estão engajados na mesma luta, visando garantir os direitos e a assistência jurídica gratuita, e sempre vislumbrou a instituição como um órgão que luta por justiça social. Ponderou que a instituição depende da atuação dos servidores e estagiários, motivo pelo qual acredita que sem harmonia entre todos a Defensoria deixaria de cumprir com seu objetivo principal, caso fique digladiando internamente. Após, o Presidente franqueou a palavra à Servidora Ana Thereza Silva. Ela manifestou o pedido de que os Defensores Públicos se coloquem no papel de servidor, que possui remuneração baixa para sustentar uma família. Comentou que os servidores buscam a reivindicação de voz e reconhecimento, ao contrário do que está sendo interpretado, e pontuou que a cadeira no Conselho Superior é uma solicitação legítima, buscando estabelecer o mesmo diálogo com os

Conselheiros, evitando distorções das manifestações de servidores, que hoje utilizam o momento aberto para tal. Após, o Presidente franqueou a palavra ao servidor Renato Domingos Junior. Ele mencionou que os servidores têm se mobilizado e atuado na Alesp, a fim de articular com alguns Deputados, que têm se mostrado convencido da necessidade de valorização dos servidores. Apontou que o dois Deputados acolheram o pedido de encampar o pleito da cadeira de servidor no Conselho Superior e apresentariam emendas ao projeto. Considerou que sessa medida visa garantir a participação democrática, ampliando a visão da instituição e cumprir sua função de promover a justiça social. Após, o Presidente franqueou a palavra à Representante da Associação dos Servidores, Marina Oliveira dos Santos. Ela leu uma petição pública, que conta com mais de oitocentas assinaturas, em prol da cadeira de servidores no Conselho Superior, nos mesmos moldes como a Apadep. Após, o Presidente franqueou a palavra à Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles. Ela registrou que a petição pública tem assinatura de diversos estados, e que o pleito será transformado em campanha nacional. Lamentou que houvesse distorções colocadas para prejudicar o pleito dos servidores, e reiterou que o pedido de assento no Conselho Superior visa obter as mesmas condições que a Apadep, ou seja, com voz e sem voto. Indagou se na fala do Conselheiro Horácio Xavier a menção sobre “pessoas que tentam criar óbices na Alesp ao avanço na instituição” fazia referência aos servidores? Registrou que deseja a valorização dos servidores e ao fortalecimento da instituição, e nesse contexto, pediu que os envolvidos se desarmem e se disponham a superar óbices formais. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Conselheiro do Conselho Consultivo da Ouvidoria - Condepe, Luiz Carlos dos Santos. Ele apontou a sociedade civil apoia à Defensoria Pública, e que o Condepe apoia o trabalho desenvolvido pelo Ouvidor Geral, Alderon Pereira, e comunicou que a escolha do Representante no cargo se dará de fato pela sociedade civil. Nesse sentido, convidou a todos para a sabatina aos candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral, que será realizado na próxima quinta-feira. Não havendo mais inscritos, e após as manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a Infância e Juventude, o Presidente considerou que a Unidade Infância e Juventude realiza um trabalho peculiar, motivo pelo qual informou que a administração superior possui um projeto que contemplará o local com dois cargos, em decorrência do volume de trabalho. A Corregedora Geral, Kathya Beja relatou que, em recentes visitas à unidade, havia constatado um ambiente tenso em razão do excesso de trabalho. O Ouvidor Geral, Alderon Costa mostrou a importância da atuação dos Defensores Públicos da Unidade da Infância, e mencionou sobre o atendimento exaustivo de muitas famílias até tarde da noite. Por fim, se colocou à disposição para contribuir e apoiar a unidade, caso necessário. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata destacou que a Regional da Infância e Juventude é responsável por uma gama de atendimentos, que se resumem a audiências, e destacou a importância da divisão de atividades. O Conselheiro Bruno Napolitano relatou que havia participado de diversas reuniões com a Unidade e com o Tribunal de Justiça, e reconheceu a complexidade da unidade, motivo pelo qual mantém o diálogo, visando minimizar os problemas. Por fim, comentou sobre as tratativas junto ao Tribunal de Justiça, e comentou que se o cenário mudar a infância continuará sendo priorizada. O Conselheiro Luiz Eduardo relatou ter participado de reunião junto com a Segunda Subdefensoria na Unidade de Guarulhos, oportunidade em que tratou-se da falta de Defensores Públicos da Unidade, em razão da crescente demanda e de afastamentos. Apontou que a quantidade de Defensores Públicos não cresce na mesma velocidade da demanda, e pontuou que em decorrência de exonerações, envelhecimento da carreira, licenças saúde e maternidade, as funções se acumulam e o serviço é precarizado. Por fim, avaliou que deve ser realizado um planejamento rigoroso e claro com relação aos itinerantes, e sugeriu que houvesse a possibilidade de dar posse em número expressivo, após a realização do certame, de modo que fosse designado para atuação em casos emergenciais. O Conselheiro Luis Gustavo comentou que as situações se repetem nas unidades do interior, mostrando a importância de um aporte estrutural e investimento no modelo público. O Conselheiro Horácio Xavier se solidarizou com o pleito da unidade, e comentou que esse tipo de problema vem se alastrando, citando a licença maternidade que está se tornando um problema para a instituição. Nesse sentido, refletiu sobre a necessidade de criar soluções na continuidade do serviço público. O Presidente compreendeu a necessidade de reforço na unidade, e nesse contexto, apontou que na proposta de distribuição apresentada ao Conselho

Superior havia previsão de mais cargos naquele local, e também a criação de novos cargos itinerantes, visando atender os afastamentos mais perenes. Abordou que as mulheres são maioria dentro da instituição, motivo pelo qual um dos objetivos da administração é garantir o exercício tranquilo dessas licenças. Com relação as atuações em estabelecimentos prisionais, o Presidente elogiou a atuação dos membros da Situação Carcerária e dos Defensores Públicos mencionados, e endossou o pedido de elogio nos assentamentos funcionais dos envolvidos. A Corregedora Geral, Kathya Beja apontou que os elogios serão registrados, e reconheceu a complexidade de atuação pelo órgão. O Ouvidor Geral, Alderon Costa elogiou o trabalho realizado pelo Núcleo Especializado, e mencionou que sempre obtém acolhimento das demandas encaminhadas pela sociedade civil via Ouvidoria. O Conselheiro Luis Gustavo agradeceu o empenho dos envolvidos, e reforçou o pedido de elogio no assentamento funcional dos três Defensores Públicos. Com relação ao assento do servidor no Conselho Superior, o Presidente reforçou que a instituição se faz em conjunto com Defensores Públicos, Servidores e Estagiários, e considerou que o atual projeto de lei complementar em tramite na Alesp, visa dar continuidade à valorização dos servidores, que possuem remuneração inadequada. Citou que a Apadep havia utilizado o caminho para obter assento no Conselho Superior através da mudança na Lei Complementar nº 80. Abordou que respeita a posição dos servidores, e enalteceu a articulação nacional, apontando que nesse momento seria inviável pedir através de iniciativa do Defensor Geral. Afirmou que a instituição possui uma relação de cordialidade e diálogo com a entidade de classe de servidores, e reiterou que a questão principal é unir forças para aprovar o projeto que tramita na Alesp, dando um enorme avanço na questão remuneratória dos servidores. A Conselheira Kathya Beja considerou que há óbice na Lei Complementar nº 80, motivo pelo qual entende que a questão deve continuar a ser debatida, e considerou que o Conselho Superior não deveria ser o melhor espaço para tal. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira elogiou a fala dos servidores, e pontuou que o debate deve ser realizado internamente e no parlamento, no entanto, avaliou que para encontrar um caminho de viabilização do pleito, a justiça deve começar internamente. Com relação aos informes da Ouvidoria-Geral, o Presidente apontou que a administração apoia integralmente a Ouvidoria-Geral, e demonstrou a importância do seu papel no crescimento da instituição e melhoria das condições de serviço. A Conselheira Kathya Beja enalteceu o apoio da sociedade civil à Defensoria Pública e ao modelo público de assistência jurídica. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou a situação da vigência do convênio preocupante, e solicitou mais esclarecimentos sobre qual seria o plano alternativo, caso não haja renovação até a próxima segunda-feira. O Presidente afirmou que o trabalho está sendo realizado, visando garantir a renovação. Reiterou que, embora as negociações estão sendo realizadas, na última semana a OAB tem aumentado suas exigências. Complementou que, dependendo das condições, será necessário um aporte para sustentar o convênio, motivo pelo qual a questão está sendo articulada junto ao Governo e na Casa Civil. Contudo, apontou que, caso tenham dificuldade na renovação, a alternativa seria pela ADI que autoriza convênios com outras entidades, avançando na parceria com universidades. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata informou que tramita no Congresso Nacional o projeto de lei 3123/15, que dispõe sobre os limites do teto remuneratório. Considerou que a Defensoria Pública será uma das instituições que mais sofrerá, pois há grande probabilidade de queda dos instrumentos de gestão. Informou que a entidade de classe e a Anadep busca articular a manutenção de alguns instrumentos de gestão, ainda que a Defensoria Pública é inadequadamente estruturada no país. O Presidente comentou que a discussão vem sendo acompanhada, de modo que fosse levada em conta eventual projeto de adequação do sistema remuneratório. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata, informou que a Anadep esteve na sede da Apadep e na Ouvidoria, e na oportunidade, demonstrou a preocupação com o teor da nota, que seria divulgada como resultado da reunião. Por fim, indagou sobre o possível projeto de alteração do sistema remuneratório, e refletiu sobre a dificuldade de fazer alguma alteração, caso a proposta estivesse negociada com o Governo ou o Tribunal de Contas. O Presidente apontou que a discussão com outras instituições visa tratar de questões amplas, de modo que a proposta elaborada não encontre resistências futuras, mas pontuou que ainda está aberta a questão de como lidar com atividades como o plantão. Após, o Presidente informou a necessidade de agendar sessões

extraordinárias para julgamento de processos administrativos disciplinares. O Conselheiro Horácio Xavier manifestou a vontade de realizar o julgamento do processo de sua relatoria no dia 10 de março do corrente ano. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu a realização do julgamento do processo de sua relatoria no dia 17 de março do corrente ano. O Conselheiro Wagner Ribeiro adicionou que o processo de sua relatoria poderia ser julgado no mesmo dia de sessão extraordinária do processo que o Conselheiro Rafael Bessa, contudo, opinou pelo período da manhã. O Conselheiro Rafael Bessa opinou pelo julgamento de seu processo no período da tarde. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade a seguintes sessões: a) Agendou sessão extraordinária para o dia 10 de março às 14h do PAD 004/14 de relatoria do Conselheiro Horácio Xavier; b) Agendou sessão extraordinária para o dia 17 de março às 13h30min do PAD 001/15 de relatoria do Conselheiro Rafael Bessa; e, c) Agendou sessão extraordinária para o dia 17 de março às 14h30min do PAD 002/12 de relatoria do Conselheiro Wagner Ribeiro. Após, o Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 014/16. Interessado: Jose Luiz de Almeida Simão. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "I Congresso de direito processual civil", a ser realizado no período de 15 a 17 de março de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 214/16 (Excetuado a pauta). Interessados: Defensores Públicos da Regional Taubaté. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação da 3ª Subdefensoria. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação da Terceira Subdefensoria Pública Geral. CSDP nº 248/16 (Excetuado a pauta). Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo para inscrições. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para inscrições, nos termos do comunicado publicado. COMUNICADO DE 26.02.2016 DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ficam abertas, entre os dias 29/02/2016 à 04/03/2016, as inscrições para preenchimento de 01 (uma) vaga em aberto para integrantes do Núcleo Especializado da Infância e Juventude, e mais as que se abrirem durante o período de deliberação dos autos. Os interessados deverão protocolizar seus requerimentos, acompanhados de currículo, até 17h do último dia do prazo, na Secretaria do Conselho Superior ou por mensagem eletrônica enviada ao endereço conselho@defensoria.sp.gov.br, mediante aviso de remessa e recebimento. Não sendo admitidas inscrições de Defensores Públicos que já integrem outro Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, quer como membro, quer como colaborador. O processo de seleção dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 11/03/2016. CSDP nº 244/16 (Excetuado a pauta). Interessada: Janora Rocha Rossetti. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 16 de fevereiro de 2016. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de arquivar o processo em razão de equívoco do Departamento de Recursos Humanos em publicar a lista de antiguidade. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, arquivar o feito em razão da perda de objeto. CSDP nº 250/16 (Excetuado a pauta). Interessado: Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado. Assunto: Pedido de ratificação da designação e alteração de sede do Defensor Público

Pedro Cavenaghi Neto para a unidade de Rio Claro. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto pela ratificação da designação com a consequente alteração de sede do Defensor Público Pedro Cavenaghi Neto, classificado na 1ª Defensoria Pública da Macrorregião 7, da Unidade Ribeirão Preto para a Unidade Rio Claro da Defensoria Pública do Estado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, ratificar a alteração da sede do Defensor Público Pedro Cavenaghi Neto para a Unidade Rio Claro. CSDP nº 376/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, manter a decisão proferida na 418ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de abril de 2015. Impedido o Conselheiro Alexandre Orsi Netto. CSDP nº 606/15. Interessado: Tiago Thomaz Arias. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "SQL Server 2014: Administração e Monitoramento", a ser realizado no período de 01 a 05 de fevereiro de 2016. Relator: Conselheiro: Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a justificativa de não efetuar o curso em razão de falecimento de familiar. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, acolher a justificativa do interessado, arquivando-se os autos. CSDP nº 079/16. Interessada: Rafaela Augusta de Almeida. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado "Pós-Graduação em Ciência da Informação", a ser realizado no período de 24 meses. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada no período de seis meses. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada, no período de 25 de abril a 05 de agosto de 2016, devendo apresentar relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 101/16. Interessado: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de quatro anos. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial do interessado, no período de 23 de fevereiro a 07 de julho de 2016, devendo apresentar relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 242/16. Interessada: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial da interessada, devendo apresentar relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 243/16. Interessado: Renato de Seixas Pereira Junior. Assunto: Pedido de afastamento para participação do evento "5ª Edição do Prêmio Latam", a ser realizado no período de 07 a 09 de março de 2016. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial do interessado, no período de 07 a 09 de março de 2016. CSDP nº 247/16. Interessado: Elio Massami Okazaki. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "OTRS Administrator", a ser realizado no período de 01 a 03 de março de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo

aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial do interessado, no período de 01 a 03 de março de 2016. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h05min, sendo prorrogados os demais processos da ordem do dia, os quais seguem. CSDP nº 182/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Revisor: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 248/13. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de Pós-Graduação no Exterior, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima

sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. Processo (CSDP nº). Interessados/as. (206/15). Alexandre Orsi Netto. (218/15). Gislaíne Calixto. (221/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (225/15). 2016Luisa Hamud Morato de Andrade. (233/15). Otoniel Katumi Kinuti. (247/15). Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. (259/15). Valeria Silva do Nascimento. (286/15). Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. (295/15). Amanda Polastro Schaeffe. (302/15). Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. (321/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (334/15). Francisco Romano. (353/15). Elpidio Francisco Ferraz Neto. (361/15). Rafael Ramia Muneratti. (365/15). Marco Andre de Freitas. (367/15). Leandro de Castro Silva. (368/15). Sidnei Francisco Neves. (379/15). Luis Marcelo Mendonça Bernardes. (388/15). Gisele Ximenes Vieira dos Santos. (395/15). Fabiana Ferraz Luz Mihich. (408/15). Carlos Henrique Aciron Loureiro. (410/15). Renata Flores Tibyriça. (426/15). Mateus Oliveira Moro. (428/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (432/15). Marlise Costa Girardeli. (443/15). Patricia Simeonato. (444/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (445/15). Camila Ueno. (446/15). Sandra Maria Shiguehara. (447/15). Patricia Luciola Dias de Moraes. (448/15). Renato Isnard Khair. (449/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (450/15). Luciana Rosa Pinheiro Rodrigues. (453/15). Tiago Fensterseifer. (457/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (458/15). Patricia Biagini Lopes. (471/15). Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. (475/15). Bruno Lopes de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima

sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a

votação para a próxima sessão. CSDP nº 126/16. Interessados: Laura Sarti Cortes e Diego Rezende Polachini. Assunto: Remoção por permuta (36ª DP da Macrorregião 1 e 09ª DP da Macrorregião 1). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h05min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e seis dias de fevereiro do ano de 2016.

Rafael Morais Português de Souza  
**Presidente**

Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**

Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**

Horácio Xavier Franco Netto  
**Conselheiro**

Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**

Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**

Fabiana Botelho Zapata  
**Representante da Apadep**

Kathya Beja Romero  
**Corregedora Geral**

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**3º Subdefensor Público-Geral**

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**

Pedro Antônio de Avellar  
**Conselheiro**

Wagner Ribeiro de Oliveira  
**Conselheiro**

Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**

